Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Abril de 1931.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Armando Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas

Decreto n.º 19:615

Considerando que o decreto n.º 18:628, de 16 de Julho de 1930, que criou a Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas, para a qual transitaram os serviços da extinta Bólsa Agrícola, não definiu precisamente as atribuições que àquele organismo competem;

Considerando que os decretos n.ºs 17:721, de 6 de Dezembro de 1929, 17:596, de 11 de Novembro de 1929, e 18:640, de 19 de Julho de 1930, deixaram à Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas funções diferentes das que eram consignadas à extinta Bólsa Agrícola;

Tendo em atenção que se torna indispensável definir e fixar para a Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas as atribuições necessárias para o bom desempenho da sua acção técnica e fiscal;

Considerando que a par das suas funções de fiscalização a Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas deve firmar a sua acção pelo conselho e auxílio técnico aos industriais, orientando-os na forma de bem produzir;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A competência da Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas respeita dum modo geral a todas as oficinas tecnológico-agricolas com o fim de verificar das condições técnicas dos estabelecimentos e de laboração das respectivas indústrias, segundo as leis e regulamentos vigentes, e será exercida especialmente:

- a) Nas fábricas de moagem, moinhos e azenhas, nas fábricas de massas alimentícias, de bolachas e biscoitos;
- b) Nos fornos de cozer pão, nas padarias e seus depósitos de venda;
- c) Nas fábricas de descasque de arroz, nos celeiros, silos e nas fábricas e depósitos de forragens e dos pensos manufacturados próprios para alimentação do gado;
- d) Nos lagares, adegas e armazéns de vinhos, nas fábricas e armazéns de vinagres, nas fábricas e alambiques de destilação de álcool vínico ou industrial, de aguardentes e licores, de cervejas, de refrigerantes e de leveduras seleccionadas;

e) Nos lagares e fábricas de refinação de azeite e outros óleos comestíveis, de manteigas, queijos, margarinhas e outras gorduras vegetais;

f) Nas fábricas de adubos, insecticidas e fungicidas.

Art. 2.º Compete mais à Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas:

1.º A fiscalização das respectivas matérias primas quando em trânsito para as fábricas ou oficinas tecnológicas, em armazéns, alfandegados ou não, e nas estações de caminho de ferro, e dos produtos fabricados até a sua saída das fábricas ou oficinas ou dos armazéns a elas anexos, enquanto se não encontrem expostos à venda, ou sempre que os mesmos produtos aguardem transformação, preparação ou beneficiamento;

2.º A fiscalização técnica e comercial dos vinhos, alcoóis, aguardentes e licores, nos termos dos decretos n.ºs 8:079 e 19:253, respectivamente datados de 27 de Março de 1922 e 17 de Dezembro de 1930, e das substâncias destinadas à conservação e tratamento dos vinhos;

3.º A fiscalização técnica e comercial das fábricas, armazéns e casas de venda de adubos e correctivos agrícolas e respectivos produtos, dos fungicidas e insecticidas, e bem assim dos resíduos industriais próprios para alimentação do gado e dos pensos manufacturados.

Art. 3.º A inspecção ou visita será sempre exercida durante as horas de laboração das fábricas ou oficinas tecnológicas.

§ 1.º Os fabricantes não poderão eximir-se a prestar quaisquer esclarecimentos que lhes sejam pedidos pelos agentes, inspectores ou fiscais, com o fim de se certificarem da veracidade das suas declarações, nem deixar de fornecer aos mesmos quaisquer amostras, podendo exigir a apresentação do bilhete de identidade.

§ 2.º Quando pela inspecção ou visita fiscal se reconhecer ou suspeitar de qualquer transgressão, a entidade fiscalizadora levantará auto com todas as formalidades legais, especificando a natureza da transgressão.

Art. 4.º Quando a acção fiscal implique a colheita de amostras, esta será feita em triplicado e de forma que essas três amostras sejam tanto quanto possível idênticas e homogêneas e representem a composição média do produto a que se referem.

§ 1.º Colhidas as amostras, serão acondicionadas em garrafas ou frascos de vidro branco herméticamente fechados com rôlha de cortiça previamente parafinada. A rôlha deve rasar com o bocal da garrafa ou frasco e sobre ela passará um nastro ou fio de garantia, devidamente atado em tórno do gargalo, ficando as pontas com o tamanho suficiente para serem lacradas sobre a rôlha e na etiqueta.

§ 2.º Para o alcool, aguardente e licores, e em geral para bebidas alcoólicas e para óleos, a rôlha não será parafinada, e o lacre será pôsto sobre papel pergaminho envolvendo o gargalo da garrafa ou frasco, de forma a cobrir a rôlha.

§ 3.º Quando possível ou necessário, os frascos poderão ser substituídos por involucros de papel, devendo sempre observar-se os cuidados necessários para que as amostras se apresentem em perfeito estado de integridade.

§ 4.º Sobre o lacre será sempre apôsto o sinete da Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas, sendo facultado ao interessado, conjuntamente, a aposição do seu sinete.

§ 5.º Em casos especiais em que não seja possível o uso do lacre poder-se hão utilizar selos de chumbo, colocando-se sempre o nastro ou fio por forma a garantir a integridade da amostra.

§ 6.º No exterior dos frascos ou dos involucros que

tenham as amostras deverá ser colada uma etiqueta, donde conste:

- a) O número da amostra;
- b) A natureza do produto;
- c) O nome ou firma do possuidor;
- d) A natureza e local do estabelecimento;
- e) A marca ou sinal por que se distinguem os recipientes, caixas ou vasilhas donde fôr extraído;
- f) A data da colheita da amostra;
- g) As rubricas do dono ou representante do estabelecimento e do agente fiscal.

§ 7.º Das três amostras colhidas duas serão entregues na repartição competente da Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas e a restante ficará em poder do dono do estabelecimento ou de quem o representar.

§ 8.º Poder-se há juntar às amostras qualquer substância que sirva para a sua conservação, empregando-se em quantidade determinada pela técnica química.

§ 9.º Quando os produtos a que se refere este decreto estiverem contidos em recipientes fechados, de capacidade inferior à exigida para a amostra, tomar-se hão tantos recipientes fechados quantos sejam necessários para perfazer o volume ou o peso exigido.

Art. 5.º De toda a diligência se levantará auto de notícia, subscripto pelos funcionários que nela tomarem parte, pelo interessado ou seu representante e por duas testemunhas. No auto mencionar-se hão a natureza da transgressão ou suspeita e as disposições legais infringidas.

§ 1.º No caso de haver lugar a levantamento de amostras, mencionar-se hão no respectivo auto especificadamente o nome e natureza do produto, marca ou qualquer sinal que o distinga e bem o identifique com a amostra, o estado em que se encontrem os recipientes, nome ou firma do possuidor, natureza e local do estabelecimento, data da colheita, número de amostras colhidas e número de registo, os motivos da colheita, as quantidades quer dos artigos e produtos de que foram colhidas as amostras, quer dos apreendidos, a qualidade e quantidade da substância conservadora adicionada à amostra e bem assim qualquer recusa ou embaraço oposto pelo interessado à execução destas prescrições e finalmente todas as demais circunstâncias que o agente fiscal julgue conveniente exarar.

§ 2.º É permitido ao interessado ou seu representante fazer exarar nos autos quaisquer declarações que se relacionem com o serviço executado.

Art. 6.º É proibido aos funcionários que intervenham nestas diligências fazer delas objecto de notícia pública ou de divulgação, considerando-se serviço confidencial todas as diligências levadas a efeito até conclusão do respectivo processo.

Art. 7.º O proprietário do estabelecimento ou o seu legítimo representante ao qual seja confiada a amostra referida no § 7.º do artigo 4.º é considerado seu fiel depositário, nos termos e para todos os efeitos da lei.

Art. 8.º Quando, por virtude de acção fiscal, se reconheça que o produto apresenta manifestamente indícios de anormalidade, deverá o agente fiscal ordenar a apreensão da mercadoria, lavrando o competente auto e dando dêsse facto immediato conhecimento à repartição competente.

Art. 9.º Uma das duas amostras entregues na Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas, ou suas delegações, será remetida ao laboratório competente sem designação da pessoa ou firma a que pertencem ou indicação da fábrica produtora do género.

§ 1.º Para cumprimento desta disposição os rótulos serão substituídos por outros, donde constará apenas o número de ordem do registo, a natureza do produto ou a designação com que é pôsto à venda, motivo da suspeita e indicação da substância conservadora, quando se

tenha adicionado. Estas amostras serão devidamente autenticadas nos rótulos com sinete da repartição remetente e rubrica do funcionário que fez a substituição dos rótulos.

§ 2.º As amostras a que se refere este artigo poderão ser enviadas a qualquer outro laboratório oficial, dependente dos Ministérios da Instrução ou do Interior, sempre que se reconheça necessidade de recorrer a esses laboratórios.

§ 3.º As análises a que se refere o parágrafo anterior serão gratuitas, salvo se houver lugar ao pagamento da multa, porque então o quantitativo desta será adicionado ao custo da respectiva análise.

§ 4.º Quando se der o caso previsto no artigo 8.º, as amostras serão enviadas ao laboratório com indicação de urgente e serão analisadas de preferência a quaisquer outras.

Art. 10.º As amostras serão submetidas aos ensaios prévios e aos doseamentos necessários para que se confirme ou recuse a suspeita da sua pureza ou alteração. O analista emitirá parecer sobre a natureza, composição e qualidade do produto analisado, opinião que deverá ser confirmada ou alterada pelo chefe do laboratório, com a devida justificação.

Art. 11.º Nos métodos e processos analíticos seguir-se hão sempre as instruções superiormente aprovadas, sob proposta da comissão técnica dos métodos químico-analíticos.

§ único. Os métodos e processos analíticos e bem assim as condições de normalidade dos produtos, as substâncias cuja presença na composição dos mesmos produtos deve ser proibida, os limites de quantidade de substâncias toleradas, as quantidades das amostras necessárias para as análises, a natureza e quantidade das substâncias que possam ser adicionadas às referidas amostras e os preceitos técnicos que devem ser seguidos nas colheitas das mesmas e na realização das análises que forem superiormente aprovadas poderão ser modificados pelo Ministro da Agricultura, mediante proposta ou consulta da comissão técnica dos métodos químico-analíticos, sempre que a experiência, a conveniência e os progressos realizados nos processos de análise o aconselhem.

Art. 12.º Se no prazo de quinze dias a contar da data da colheita da amostra o interessado não tiver recebido notificação do resultado da análise, poderá dispor do género apreendido, sem embargo do procedimento a que estiver sujeito desde que a análise confirme a suspeita, não podendo todavia o interessado dispor da amostra em seu poder antes de lhe ser notificado aquele resultado.

Art. 13.º O resultado da análise será enviado confidencialmente pelo laboratório à estação oficial remetente da amostra.

Art. 14.º Verificada a anormalidade do produto, será o interessado notificado do resultado da análise.

§ 1.º No caso de a parte interessada ou quem devidamente a represente estar ausente ou se recusar a receber a notificação, considerar-se há esta feita mediante a sua publicação no *Diário do Governo*.

§ 2.º Quando as diligências tenham sido feitas em fábricas ou oficinas situadas fora de Lisboa ou das sedes das delegações da Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas, a notificação far-se há por intermédio das respectivas autoridades administrativas.

Art. 15.º Se antes da notificação do resultado da análise houver conveniência em se averiguar da autenticidade da amostra a que se refere o artigo 7.º dêsse diploma, o seu fiel depositário será notificado a apresentá-la na Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas no prazo de cinco dias a contar da recepção do aviso.

§ 1.º A identificação será feita em confronto com a

amostra e processo respectivo, e depois de feita será a amostra envolvida em papel branco, lacrado nas dobras, e sobre o laço aposto o sinete privativo da repartição competente, numerada com o mesmo número e rubricada pelo chefe, pelo fiel depositário e duas testemunhas, depois do que será novamente entregue ao interessado.

§ 2.º Destas diligências se levantará auto, que ficará apenso ao respectivo processo.

§ 3.º Se se averiguar neste acto que houve violação de amostra a identificar, o interessado perderá o direito ao recurso a que se refere o artigo 16.º d'este diploma legal, independentemente da penalidade em que incorre como infiel depositário.

§ 4.º Ao interessado assiste também o direito de pedir a identificação da amostra de que é fiel depositário, quando a requeira antes da notificação do resultado da análise.

Art. 16.º Do resultado da análise poderá ser interposto recurso em requerimento dirigido à Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas, dentro do prazo de cinco dias a contar da data em que o interessado tiver recebido a notificação e assinado o duplicado, ou da data do *Diário do Governo* em que fôr publicada, quando se dê o caso do § 1.º do artigo 14.º, indicando no dito requerimento o perito seu representante no recurso.

§ 1.º O recurso a que se refere este artigo poderá ser negado quando se trate de produtos de difícil conservação ou cujas características se modifiquem pela acção do tempo.

§ 2.º Deferido o requerimento, a Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas remeterá ao laboratório oficial escolhido pela mesma Inspeção, mas nunca ao que efectuou a primeira análise, o processo devidamente organizado.

§ 3.º A Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas intimará o interessado a depositar as importâncias do custo da análise e os honorários dos dois peritos oficiais, na importância de 50\$ diários a cada, e o custo do transporte do analista que efectuou a primeira análise, quando haja deslocação.

§ 4.º A análise de recurso será feita com a amostra que ficou em poder do interessado.

§ 5.º O director do laboratório escolhido para execução da análise de recurso avisará, tanto a Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas como o interessado, do dia e hora em que a análise se deverá realizar.

§ 6.º A análise será executada pelo analista que fez a primeira análise, na presença do analista representante da parte recorrente e do director do laboratório ou seu delegado, também analista, que servirá de desempate nas conclusões a que se chegar. Estas conclusões serão transcritas em acta, assinada pelos três peritos, mencionando-se na mesma:

- a) Se as amostras presentes são idênticas à analisada;
- b) Se a segunda análise corresponde ou não à primeira;
- c) Se em ambas se seguiram ou não os métodos oficiais de análises, os pareceres dos três peritos; e
- d) Tudo o mais quanto se julgue necessário para justificação dos seus pareceres.

§ 7.º Havendo dúvidas no resultado a que se chegar na análise de recurso, o director do laboratório poderá requisitar o triplicado da amostra em poder da repartição competente e sobre elle recairão os ensaios e doseamentos necessários tendentes a habilitá-lo a emitir a sua opinião como perito de desempate.

§ 8.º Executada a análise de recurso, o laboratório remeterá à Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas a acta elaborada pelos peritos, com toda a documentação recebida da mesma Inspeção.

§ 9.º Quando a análise de recurso se não efective por

falta de comparência do analista representante do interessado, este perde direito ao depósito feito para pagamento das despesas com os analistas, devendo fazer novo depósito no caso de ser designado um novo dia para a realização da análise, mediante despacho ministerial proferido sobre requerimento do interessado.

§ 10.º Se o recurso fôr favorável ao interessado, o processo será arquivado mediante despacho do Ministro da Agricultura, exarado sobre parecer da Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas.

Art. 17.º Se pela segunda análise igualmente se verificar a anormalidade do produto, será imediatamente notificado ao interessado o resultado dessa segunda análise, intimando-o ao pagamento voluntário da multa a que a transgressão tiver dado lugar, acrescida do custo da primeira análise, ou remetida ao tribunal competente quando a importância da multa não esteja fixada ou a sua imposição seja da competência dos tribunais.

§ 1.º O pagamento voluntário da multa deverá realizar-se dentro de cinco dias a contar da data da assinatura do duplicado da intimação pelo transgressor.

§ 2.º Se o pagamento da multa não fôr efectuado dentro do prazo estabelecido, será o respectivo processo remetido ao Poder Judicial, por meio de officio-participação, para efeito de ser instaurada a competente execução.

Art. 18.º Quando, pelo resultado da análise, o produto seja considerado falsificado, avariado ou corrupto, será o processo remetido à Intendência Geral da Segurança Pública para efeito de julgamento, nos termos do decreto n.º 18:640, de 6 de Dezembro de 1929.

Art. 19.º Sempre que o interessado não interponha recurso no prazo competente, ou quando este seja julgado improcedente, seguir-se hão os trâmites prescritos no artigo 17.º d'este diploma.

Art. 20.º Quando pelos autos de notícia levantados nos termos do disposto no corpo do artigo 5.º d'este diploma legal se verificar falta de cumprimento das disposições legais em vigor, serão os contraventores intimados ao pagamento voluntário das multas applicáveis ou os processos enviados aos tribunais desde que seja da exclusiva competência destes a imposição das respectivas penalidades.

Art. 21.º Sempre que na organização do processo se verificar por forma evidente e inconfundível que o contraventor não é o responsável pela infracção cometida, ou que os autos não estão devidamente instruídos e fundamentados, poderá o processo ser arquivado por despacho do Ministro da Agricultura, sob parecer da Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas.

Art. 22.º Quando por quaisquer diligências levadas a efeito e confirmadas pelas análises efectivadas se demonstre que um produto apresenta uma composição anormal devida a um processo defeituoso de produção e fabrico, conservação ou embalagem, o dono do produto ou fabricante será intimado a modificar convenientemente esse processo.

§ 1.º A venda do produto nas condições d'este artigo será interdita enquanto se não modificarem as condições de fabrico, produção, conservação ou embalagem, ainda que se reconheça que da parte do produtor ou fabricante não houve propósitos fraudulentos.

§ 2.º Averiguando-se que o processo defeituoso a que se refere este artigo é usado propositadamente com o fim fraudulento de aumentar o peso ou volume do produto, ou ainda com fins previstos e proibidos em leis ou regulamentos especiais, o fabricante ou dono do produto incorrerá nas sanções penais respectivas.

Art. 23.º Os géneros apreendidos nas fábricas ou nas oficinas tecnológico-agrícolas, de que trata o artigo 1.º d'este decreto, que o laboratório na sua apreciação julgue susceptíveis de beneficiamento poderão ser beneficiados, transformados ou desnaturados, conforme o seu

estado, por conta do dono, a quem ficarão pertencendo, se a Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas o autorizar e sob sua fiscalização.

Art. 24.º Os produtos apreendidos e que os seus possuidores quando autorizados não queiram tratar, transformar ou desnaturar por sua conta poderão ser, quando economicamente aproveitáveis, tratados, transformados ou desnaturados por conta do Estado, e a importância da venda desses produtos, livre das despesas feitas, constituirá receita do Estado, quando em leis ou regulamentos especiais se não consigne qualquer destino a dar-lhes.

§ 1.º No tratamento, transformação ou desnaturação serão seguidas as instruções emanadas do laboratório respectivo, tendo em atenção a conveniência dos serviços e os interesses do Estado.

§ 2.º Os géneros apreendidos e que não sejam susceptíveis de beneficiação serão inutilizados por forma a não poderem ser novamente utilizados, salvo se se reconhecer conveniente a sua utilização na alimentação do gado.

Art. 25.º Quando se verificar que para a anormalidade dos produtos nada contribuíram os donos dos mesmos, ou que o produto se deteriorou por qualquer causa accidental estranha à vontade ou intervenção do dono, o Ministro da Agricultura, mediante proposta da Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas, poderá mandar beneficiar o produto, quando provisoriamente apreendido, ou mandá-lo inutilizar, sem aplicação de qualquer penalidade ao seu possuidor e sem que este fique com direito a qualquer indemnização.

Art. 26.º Das importâncias das multas aplicadas por virtude das leis e regulamentos em vigor 25 por cento pertencerão aos funcionários que procederam às diligências, devendo ser distribuídos no fim de cada ano económico quando sobre elas não haja reclamação pendente.

Art. 27.º Aos processos pendentes da Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas serão aplicadas as disposições deste decreto, salvo para aqueles que tenham sido enviados à Direcção Geral de Saúde para efeitos do disposto no § 1.º do artigo 6.º do decreto n.º 12:508, de 13 de Outubro de 1926.

Art. 28.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 18 de Abril de 1931. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Armando Rodrigues Montetro* — *Gustavo Cordetro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.